



Fórum Governamental de
**RESPONSABILIDADE
SOCIAL**

**ATA DE REUNIÃO
FÓRUM GOVERNAMENTAL DE RESPONSABILIDADE
SOCIAL**

Identificação da Reunião

Número/Ano: 5ª Reunião – 16/02/2011			
Início: 10h		Término: 17h	
Local: Confederação Nacional do Comércio - CNC Setor Bancário Norte - Quadra 1, Bloco B, nº 14 – 18º andar, Sala de Reuniões - Brasília / DF			
Relator: Ricardo Mello			
Presentes:			
NOME	ÓRGÃO	TELEFONE	E-MAIL
Edson da Cunha	Petrobrás	(21) 9654-4909	ercunha@petrobras.com.br
Josefina Gontijo Costa	INFRAERO	(61) 3312-3200	jcosta@infraero.gov.br
Ricardo Mello	DATAPREV	(21) 3578-7789	ricardo.pmello@previdencia.gov.br
Emmanuel da Rocha	INFRAERO	(61) 3312-2885	emmanuel_rocha@infraero.gov.br
Andréa Santini Henriques	Inmetro / Dqual	(61) 3348-6300	ashenriques@inmetro.gov.br
Ana Maria Castro Borges	CSJT/TST	61) 3043-3752	ana.borges@tst.jus.br
Stéfane Natália	SPM/PR	(61) 3411-4249	stefane.silva@spmulheres.gov.br
Maria Teresa Rezende	Inmetro / Dqual	(61) 3348-6300	mtrezende@inmetro.gov.br
Roberta Afonso	Banco Central	(61) 3414-1833	roberta.afonso@bcb.gov.br
Fabrcio Magalhães	MPOG	(61) 2020-1279	fabrcio.magalhaes@planejamento.gov.br
Marcos A. Pimenta de Souza	BACEN	(61) 3414-4044	marcos.pimenta@bcb.gov.br
Aline Andaluza Silva	Ses/ Saúde	(61) 3348-6216	andaluzaaline@hotmail.com
Fernanda Gimenes	CEBOS	(21) 2483-2250	fegimenes@cebds.org
Andréa Bicalho	MCT	(61) 3411-5327	abicalho@mct.gov.br
Cibele Mascarenhas	TRT 3ª Região	(31) 3238-7895	cibelemc@trt3.jus.br
Ana Paula Ribeiro	TRT 3ª Região	(31) 3238-7890	apaularc@trt3.jus.br
Lécio Lima da Costa	COEP	(61) 3411-2182	lecio.costa@planalto.gov.br
Telma Firme	TST	(61) 8119-1009	telma.firme@gmail.com
Danuza Mantuano	TRT 3ª Região	(31) 3238-7921	danuzapm@trt3.jus.br
Maria do Socorro Cavalcante	TRT 22ª Região	(86) 2106-9418	msocorro@trt22.jus.br
Haroldo Motta	ANATEL	(61) 2312-2336	hmotta@anatel.gov.br
Ângela Macedo	BNDES	(21) 2172-8771	amacedo@bndes.gov.br

Priscilla Araújo	CC / PR	(61) 3411-3368	priscilla.araujo@planalto.gov.br
Louise Ferreira de Souza	IBRAM	(61) 8526-9105	louiseambiental@yahoo.com.br
Luis Fernando Rezende	IPEA	(61) 7815-7348	luis.rezende@ipea.gov.br
Ilidia Martins Juras	Câmara dos Deputados	(61) 3216-5383	ilidia.juras@camara.gov.br
Ieda Rizzo	MT	(61) 2029-7800	ieda.rizzo@transporte.gov.br
Ana Valéria Silva	Inmetro	(21) 3216.1120	avsilva@inmetro.gov.br
Daniela Veloso	Inmetro	(21) 2679.9394	dvveloso@inmetro.gov.br
Gilberto Schittni	Inmetro	(21) 2679.9421	gmschittni@inmetro.gov.br
Ana Júlia Ramos	Inmetro	(21) 3216.1090	ajramos@inmetro.gov.br

Pauta

- 1) Leitura e aprovação da ata da Quarta Plenária do Fórum;
- 2) Apresentação do painel “O Programa Brasileiro de Certificação Florestal – Cerflor”, pela Secretária Executiva do Programa, Engenheira Florestal Maria Teresa Rezende, do Inmetro;
- 3) Planejamento da Semana Nacional de Responsabilidade Social;
- 4) Prosseguimento do diálogo sobre institucionalização do Fórum;
- 5) Informes sobre o andamento dos Grupos de Trabalho;
- 6) Assuntos gerais

1 – Abertura / Aprovação da pauta

O Sr. Ricardo Mello, da Dataprev, após instalar a reunião e resumir os objetivos do Fórum, submeteu aos presentes a agenda de trabalho e a Plenária considerou dispensável a leitura da ata da sessão anterior que, sem ressalvas, foi aprovada.

2 – Apresentação do painel “O Programa Brasileiro de Certificação Florestal – Cerflor”, pela Secretária Executiva do Programa, Engenheira Florestal Maria Teresa Rezende, do Inmetro

Após as apresentações de cada participante, passou-se ao segundo item da pauta, em que a Sra. Maria Teresa Rezende discorreu sobre o Programa Brasileiro de Certificação Florestal – Cerflor.

A palestrante lembrou que, se antes de 1990 os programas de certificação visavam apenas atestar a qualidade do produto, hoje passam a considerar, também, requisitos ambientais e sociais do produto e o bem estar do trabalhador.

A Sra. Maria Teresa explicou que o Cerflor, idealizado em 1991 pelo setor produtivo e inserido no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade – SBAC em 2002, possui cinco princípios básicos:

- 1 - cumprimento à legislação nacional e internacional,
- 2 – racionalidade no uso dos recursos florestais,
- 3 – zelo pela diversidade biológica,
- 4 – respeito à água, ao solo e ao ar e
- 5 – desenvolvimento cultural, econômico e social das regiões onde se insere a atividade florestal.

O Programa tem como um de seus objetivos conter o desflorestamento no Brasil, combatendo a circulação de madeiras que não obedeçam a critérios definidos pela legislação ambiental. A Secretária Executiva do Cerflor reportou que, embora o reflorestamento na Europa tenha avançado 13 milhões de hectares de 1990 a 2005, a mesma quantidade de solo é desflorestada anualmente no mundo, o que contribui com 18% da emissão total de carbono.

A Sra. Maria Teresa sublinhou a relevância de políticas públicas de compras sustentáveis pelos governos e o impacto da determinação da União Européia que, desde 2008, declarou não aceitar mais a entrada de madeira considerada ilegal em seus mercados. Após citar que apenas 9% da madeira em circulação no mundo é certificada e que países como França, Japão, Reino Unido, Nova Zelândia, Bélgica, Suíça, já mantém esse controle. A expositora informou que, no Brasil, São Paulo foi um dos Estados brasileiro a fixar uma política própria de restrições à circulação de produtos não sustentáveis, com o programa "Madeira Legal", em parceria com o Inmetro e outras instituições, o que, segundo ela, se reveste de importância ainda maior porque o governo paulista é um grande consumidor de produtos de florestas brasileiras.

Citando a Instrução Normativa nº. 1, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Sra. Maria Teresa destacou que, entre as providências adotadas para as compras sustentáveis no governo brasileiro, está a exigência de certificação de madeiras em obras públicas. Segundo a palestrante, o programa de certificação é voluntário e visa obter, de uma terceira parte, a avaliação do atendimento aos requisitos da legislação em seus aspectos ambiental, econômico e social, desde a unidade de manejo da floresta e o sistema de gestão da área até a rastreabilidade da cadeia de custódia daquela matéria prima, ou seja, acompanha todos os elos da cadeia produtiva desde a saída da floresta até sua utilização final.

A Sra. Maria Teresa citou dois acordos internacionais de que o Brasil é signatário, o da ITTO - Organização Internacional de Madeira Tropical - e o de Tarapoto, Peru, específico para a região amazônica, cujos Princípios e Critérios de Manejo Florestal desses dois documentos serviram como bases para elaboração das Normas Brasileiras de Manejo de Florestas Plantadas e Nativas. Aduziu que o Cerflor buscou reconhecimento mundial se filiando ao Programme for the Endorsement of Forest Certification - PEFC desde 2002. O PEFC é um fórum criado e organizado por pequenos produtores florestais da Europa que hoje conta com 34 países membros, uma secretaria geral, um conselho diretor e uma assembléia geral itinerante, que, em 2010, se reuniu no Brasil. Por sua origem, lida com uma realidade totalmente diferente das encontradas nas florestas tropicais, o que tem dificultado um pouco a adaptação de países como Brasil e Malásia. Segundo ela, o Cerflor foi reconhecido por essa instituição em 2005 e é reavaliado a cada cinco anos por auditores internacionais, tendo obtido sua manutenção do reconhecimento no início deste ano.

A Sra. Maria Teresa revelou ainda que, no Brasil, existem hoje em torno de 1 milhão e duzentos mil hectares de florestas com seu manejo certificados, e 31 empresas certificadas em cadeia de custódia. Como exemplo de cadeia de custódia, a Sra. Maria Teresa detalhou o processo de certificação da produção de papel, onde a auditoria começa na saída da madeira da floresta, rastreando a entrada na indústria de celulose, em seguida na de papel e, mais recentemente, avança também para a indústria gráfica. Após comentar que 31% da superfície terrestre exibem cobertura florestal e que dois terços dessa cobertura estão sob o escopo da certificação dos sistemas nacionais afiliados ao PEFC e um terço diretamente ao FSC Internacional, a Sra. Maria Teresa ensinou que o ciclo florestal é um processo longo, que consome sete anos em áreas já plantadas e trinta anos nas nativas.

A palestrante informou que, no Brasil, existem quatro instituições acreditadas pelo Inmetro para atuar na certificação de manejo de florestas plantadas, uma para a floresta nativa e cinco para cadeia de custódia. O Sr. Ricardo Mello, da Dataprev, perguntou se o fato de apenas 9% da madeira em circulação no mundo ser certificada é indicador de que os demais 91% seriam ilegais ou apenas de origem desconhecida e o que pode ser considerada madeira ilegal passível de apreensão pelo Ibama. A Sra. Maria Teresa esclareceu que o fato de a madeira não ser certificada não significa que seja ilegal ou que não seja fruto de bom manejo florestal, ou manejo de baixo impacto, lembrando que o programa de certificação é voluntário, ou seja, não obrigatório, embora diversos países estejam exigindo a certificação como boa prática comercial em suas aquisições, declarou, também, que o que leva o Ibama a apreender madeira é o não cumprimento da legislação, o que, por si só, já impede a certificação, embora muitos admitam que o próprio conceito de legalidade é relativo.

Para ilustrar a tese, a palestrante citou a proibição de exploração de florestas no alto dos morros ou em encostas com determinados graus de inclinação, enquanto outros países permitem tal prática. O Sr. Gilberto, do Inmetro, completou a informação revelando que o principal fato que leva o Ibama ou a Polícia Federal a apreender madeira é a falta de documento de origem florestal e que toda a madeira

certificada é legal, mas nem toda a madeira legal necessariamente será de origem sustentável e, portanto, apta à certificação.

A Sra. Danuza Mantuano, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, perguntou quais as diferenças entre as certificações do Cerflor e do FSC e se ambas devem ser exigidas. O Sr. Fabrício Magalhães, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, informou que, nas aquisições do governo, pode ser exigido o Cerflor ou o FSC, dependendo do que cada instituição pretenda ou entenda como requisitos para a certificação. A Sra. Maria Teresa disse haver grande alinhamento entre os critérios para certificação do FSC e do Cerflor, mas que este oferece a vantagem de ser criado e desenvolvido no Brasil e vinculado ao Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade, apontando, ainda, que o FSC nacional, embora vinculado ao FSC Internacional, não tem suas normas locais validadas pela matriz.

Em resposta a pergunta da Sra. Ana Julia, do Inmetro, a Sra. Maria Teresa informou que, em geral, os mateiros conhecem melhor as florestas do que muitos engenheiros florestais e que o Programa Cerflor não conta com suficiente número de pessoas capacitadas para conhecer, auditar e certificar todas as florestas exploradas do Brasil. Para ela, a questão de boa formação técnica com o conhecimento da área tem sido uma das maiores dificuldades para a formação de equipes multidisciplinares de auditoria e certificação.

A Sra. Maria Teresa informou que os relatórios de auditoria são abertos à consulta da sociedade para comentários e críticas. Em resposta a indagações da Sra. Ângela Macedo, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a Sra. Maria Teresa informou que, em geral, o processo de certificação de uma produção florestal se prolonga de seis a dezoito meses. A representante do BNDES lembrou que todo o custo de certificação pode ser financiado pelo BNDES.

A Sra. Maria Teresa disse, ainda, que a Comissão de Estudos da ABNT elaborou um guia, de implementação dos requisitos das normas de manejo florestal, e que o desenvolvimento desse documento contou com a parceria da ITTO. Informou ainda que o Cerflor solicitou ao PEFC a inclusão de requisitos sociais legais para a certificação da cadeia de custódia..

Foi esclarecido que, nas compras feitas pelo governo, deve-se exigir o cumprimento das normas técnicas brasileiras que regem a matéria, independentemente de certificação, da mesma forma que já ocorre com os produtos que poupam energia, identificados pelo selo Procel. A Sras. Maria Teresa e Andréa Santini, ambas do Inmetro, esclareceram que a classificação na categoria A do Procel indica a maior eficiência do produto em termos de desempenho energético, o que implica em economia.

O Sr. Fabrício Magalhães informou que a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação não elabora catálogos de produtos sustentáveis e que sua função é criar e divulgar os critérios de seleção desses produtos, capacitando servidores para que possam elaborar editais de licitação que observem as características de sustentabilidade definidas nas Normas Brasileiras (NBR) da ABNT. A Sra. Ieda Rizzio, do Ministério dos Transportes, comentou que, com a responsabilidade que detém de conduzir os temas socioambientais em um órgão de infraestrutura, percebe que a responsabilidade social permanece adstrita à seara ambiental e ainda não é entendida em todos os seus aspectos sociais e humanos.

3 – Planejamento da Semana Nacional de Responsabilidade Social

A Sra. Ana Borges, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, informou que a semana deverá ocorrer em setembro, será aberta a toda sociedade e visa a esclarecer, sensibilizar e mobilizar para o tema da responsabilidade social e demonstrar sua importância para o desenvolvimento sustentável, possibilitando o diálogo entre todos os setores interessados e divulgando as ferramentas disponíveis para sua prática efetiva e as iniciativas e experiências existentes no Brasil e no mundo.

Segundo a Sra. Ana Borges, a proposta que ora está sendo apresentada à Plenária do Fórum prevê a realização de eventos em Brasília, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro, de acordo com sugestão dos organizadores da já tradicional Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, com possibilidade de transmissão ao vivo para todo o país;

A Sra. Ana Borges adiantou que, em Brasília, já está reservado para os eventos o Museu Nacional, no Complexo Cultural da República, e detalhou a grade de horários de cada dia da semana, propondo a formação de grupos na Plenária para que todos pudessem discutir e contribuir com comentários, críticas e sugestões sobre o escopo e a estrutura do evento, a indicação de temas, especialistas e debatedores. Segundo ela, o segundo passo será a coleta de orçamentos de empresas de infraestrutura de eventos e serviços de mídia (gráfica, filmagem, transmissão de imagens ao vivo) e a busca de patrocínios.

Foram formados cinco grupos entre os participantes da plenária que, ao final, sugeriram temas a serem abordados, a saber: compras sustentáveis, gestão pública para a sustentabilidade, a responsabilidade social no setor público, o combate ao racismo e à discriminação de gêneros, o apoio à pessoa com deficiência, a acessibilidade universal, o assédio moral e sexual, a disseminação da ética e as formas de articulação dos setores de governo para tais finalidades.

Foi sugerido, também, que, entre palestrantes e convidados, deverão estar militantes dos movimentos sociais e especialistas em gestão dos temas abordados e que, na ocasião, deverá ser lançada uma publicação com os anais da Semana.

4) Prosseguimento do diálogo sobre institucionalização do Fórum

A Sra. Priscilla Araújo, da Casa Civil da Presidência da República, resumiu as alternativas já discutidas em grupo de trabalho específico, que são:

- o reconhecimento do Fórum por decreto presidencial que fixe suas finalidades e o vincule à própria Presidência da República ou ao Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), ou ao Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade (Conmetro)
- a preservação do Fórum dissociado de qualquer órgão da estrutura de governo para que melhor possa atuar nos três poderes da República.

A Sra. Priscilla Araújo anunciou, ainda, que, em março, deverá ser publicada Medida Provisória com alterações na estrutura do Governo Federal, o que, segundo ela, poderá indicar novos caminhos para a institucionalização do Fórum.

O Sr. Lécio Costa, da Secretaria Geral da Presidência da República comentou as alternativas para institucionalização do Fórum e explicou o funcionamento do COEP- Comitê de Entidades Públicas de Combate à Fome e pela Vida, que é um comitê nacional formado pelas grandes empresas estatais e foi criado em 1994. Como desdobramento deste comitê foi se formando a Rede Nacional de Mobilização Social e Empresarial, que hoje conta com cerca de 2.000 instituições em todo o Brasil, inclusive o COEP, que hoje integra esta Rede.

O Sr. Lécio Costa entende que o COEP poderá ser um parceiro importante no processo de institucionalização do Fórum e sugeriu que, previamente à definição dos instrumentos, é interessante que seja definida a estratégia a ser seguida, lembrando os modelos dos Conselhos, que hoje se organizam para debates de diversos temas e que, de alguma forma, se articulam com a Secretaria Geral da Presidência da República.

A Sra. Lídia Juras, da Câmara dos Deputados, manifestou sua preocupação com a institucionalização do Fórum no âmbito do Poder Executivo, pois não poderá excluir os demais Poderes.

O Sr. Lécio Costa explicou que, no início, a operação da rede de mobilização foi criada por meio de um acordo de cooperação técnica assinado por mais de trinta entidades estatais que se comprometeram a atuar, de forma coordenada, na execução de projetos específicos, como por exemplo, a incubadora de cooperativas, o canal saúde e as comunidades do semiárido.

O Sr. Lécio Costa sublinhou que a rede foi-se formando ao longo do tempo e não há um marco legal de sua criação, embora existam vários instrumentos de cooperação voltados para a execução dos projetos. Em resposta ao Sr. Gilberto, que perguntou o que foi determinante para o êxito da rede de

mobilização, o Sr. Lécio Costa disse que uma rede vai construindo os seus arcabouços jurídicos conforme as suas necessidades e deve ser bem articulada entre seus membros e o que o sucesso veio de dois fatores essenciais: gente querendo fazer e vontade política.

A Sra. Maria Teresa apoiou a idéia de acordos de cooperação entre as partes para viabilizar projetos. A Sra. Andréia Bicalho, do Ministério da Ciência e Tecnologia, declarou que participa da Rede de Tecnologia Social (RTS), que não é institucionalizada, por não ser relevante para seu funcionamento, explicando que essa rede se mantém por meio de entidades mantenedoras, como Petrobrás, Fundação Banco do Brasil e outras, com uma secretaria executiva em sistema de rodízio, sugerindo que o Fórum convide sua atual titular, Sra. Larissa Barros, para uma palestra.

Seguiu-se um amplo debate sobre a Institucionalização e formas de viabilizar os recursos para a realização da Semana Nacional de Responsabilidade Social e outras atividades que o Fórum vier a propor. O GT Institucionalização ficou responsável por buscar conhecer melhor outras estruturas e propor um desenho para o Fórum.

5 – Informes sobre o andamento dos Grupos de Trabalho

O item 5 foi adiado para a próxima plenária face ao prolongamento das reuniões dos grupos da plenária no item anterior da agenda e a proximidade do término do período de cessão do espaço.

Em nome da Coordenação do Fórum o Sr. Ricardo Mello agradeceu aos participantes pela presença e participação e ao Sr. Evandro Costa e a Sra. Mari, da Confederação Nacional do Comércio, pela cessão de suas instalações para a realização da Plenária, anunciando que, em princípio, a próxima plenária será realizada no dia 13 de abril de 2011, em local a ser divulgado.

Ficou definido que as próximas reuniões plenárias deverão ocorrer nos dias 13, 14 ou 19 de abril, 15 de junho, 24 de agosto, 19 de outubro e 7 de dezembro, salvo alguma necessidade de mudança.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Quinta Plenária do Fórum Governamental de Responsabilidade Social.

Coordenação do Fórum:

Inmetro – CSJT - Dataprev